

CARTA ABERTA DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Com a proximidade do segundo turno das eleições, nós, trabalhadoras da psicologia no distrito federal, em defesa da democracia e de um sistema político que contribua com a redução do adoecimento psíquico e que promova saúde mental de sua população a partir da garantia dos direitos previstos na Constituição Brasileira de 1988, em consonância com o nosso código de ética profissional, que dita em seus PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, dentre outros, os seguintes preceitos:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e **contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, **analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.**

Com base nos preceitos citados e com preocupação com a nossa ética profissional e zelando pelos direitos garantidos em nossa constituição que tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apresentamos informações para exemplificar tal apoio.

Segundo pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos meses de maio, junho e julho de 2020 houve um índice de 80% da população da amostra com sintomas moderados a graves de ansiedade e 68% de depressão. Esse valor difere bastante da média mundial que foi de 30%.

Percebemos que a danosa gestão se mostrou incapaz de lidar com a crise sanitária e humanitária ao conduzir-se na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Deste modo, apontamos os reflexos de tal governo na saúde mental de sua população. Assim, como trabalhadoras da saúde mental, nos sentimos convocadas a nos unirmos nesse manifesto em oposição a continuidade dessa gestão adoecedora.

O Relatório Final da CPI da covid-19 conclui que o objetivo dos mandatários era o de expor os brasileiros ao contágio em massa, buscando eliminar a pandemia por meio da chamada imunidade de rebanho, o que demonstrou ter contribuído de forma expressiva para o agravamento do número de mortes no país que alcançou o triste número de aproximadamente 700 mil brasileiros, levando a população a uma vivência de **luto** sem precedentes na história.

Somando-se a este processo, temos o impacto do **luto coletivo**, o qual envolve uma situação de sofrimento coletivo e compartilhado por uma população e que interfere diretamente na elaboração do luto individual. Isso porque diante de uma situação como a pandemia, além do enfrentamento individual do luto, a sociedade o vivenciou por perdas e mortes de pessoas que não fazem parte do seu círculo pessoal ou familiar, revivendo e revisitando o seu próprio sofrimento e acarretando em sentimentos de angústia, medo e fadiga intensa.

Percebemos o agravamento desses sintomas com a associação de outras questões sociais importantes, como o retorno da já outrora erradicada FOME. O levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), divulgado em 14 de setembro de 2022, indicou a situação de **insegurança alimentar**, na qual três em cada 10 famílias brasileiras apresentaram dificuldades para comprar alimentos e reduziram algum item, sofrendo insegurança alimentar moderada ou grave.

A alimentação adequada é um direito humano básico e uma pessoa, quando alienada deste direito, sofre impactos consideráveis em sua subjetividade, autoestima, autoimagem, o que pode aumentar o risco de sintomas como **ansiedade, tristeza e depressão**. Podemos citar, ainda, a questão econômica do país, como o **aumento da inflação** que gera, mais uma vez, sensação de insegurança, medo e ansiedade.

Associado a este cenário, no qual destaca-se o adoecimento de boa parte da população pelas questões supracitadas, há ainda, o crescente aumento da chamada **violência política**, propagada nos discursos de ódio amplamente disseminados, gerando um cenário de insegurança e instabilidades. Esta vulnerabilidade atravessa todas as esferas da sociedade, colocando em risco os direitos da população que vem sendo constantemente atacada através da diminuição de investimento em áreas que são direitos fundamentais.

A redução de verbas destinadas à saúde é sentida pela população mais vulnerável, pois resulta na precarização dos serviços prestados e no **desmonte do SUS e SUAS**. É uma situação vivida não somente pelos usuários dos serviços mas também pelos trabalhadores da saúde.

Os ataques são contínuos, quase diários, durante a elaboração desta carta temos a notícia do **corte de 2,4 bilhões da Educação**, que tem como consequência pôr em risco o funcionamento das universidades em todo o país, é a tentativa de exterminar a educação, a ciência e a pesquisa que são a base para diversas áreas de desenvolvimento do país através das instituições públicas (institutos, universidades e escolas públicas).

Destacamos aqui para lembrarmos de nossos direitos constitucionais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Deste modo e diante do exposto e de nossos direitos, nós, trabalhadoras da psicologia do Distrito Federal, em respeito ao nosso código de ética, nos sentimos impelidos a nos manifestar de forma absolutamente contrária a manutenção e continuidade de um sistema político de governança que acarreta e desencadeia o sofrimento psíquico coletivo de nossa nação e ameaça a democracia.

Sindicato das Psicólogas e Psicólogos do Distrito Federal

Brasília-DF, 22 de Outubro de 2022.